

MITO E IDEOLOGIA: DINÂMICAS SIMBÓLICAS DA REALIDADE SOCIAL

Gabriel Papa Ribeiro ESTEVES*

RESUMO: Este ensaio busca refletir sobre a dinâmica paradoxal entre ideologia, mito e *doxa* em uma sociedade permeada por meios de comunicação de massa. Pondera-se que a reflexão sobre a realidade social nos leva a considerar a multiplicidade de relações e processos pelos quais o corpo de conhecimento estabelecido pelos indivíduos se firma como realidade em contextos sociais específicos, orientando suas práticas cotidianas que se definem como cultura social. Para essa análise, foram buscadas ferramentas interpretativas funcionais nas abordagens das Ciências Sociais pela Teoria Crítica, Estruturalismo e Pós-estruturalismo, na medida em que remetem ao uso de um abstrato e, muitas vezes complexo, sistema teórico para descrever, explicar e analisar o mundo social, revelando o que permanece escondido do senso comum, orientado por representações sociais compartilhadas coletivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Mito. Ideologia. Paradoxo da *doxa*. Poder. Mídia.

Considerações iniciais

A proposta deste ensaio é tecer considerações sociológicas acerca de ações, atividades ou situações sociais que envolvem os indivíduos e suas práticas e das forças sociais que afetam suas vidas. As práticas sociais condicionam a alocação dos indivíduos na sociedade, tendo como resultado um ser social que toma consciência, criticamente ou não, sobre sua própria realidade.

Na relação entre os seres sociais há uma significação compartilhada: a realidade social influencia o indivíduo, que a reproduz impondo sua subjetividade. A interação humana se dá pelos fundamentos simbólicos. Desse modo, por mais que o indivíduo reproduza a dinâmica social, quando age, gera práticas, fazendo com que a sociedade

* UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - gabriel-papa@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4792-4273>.

esteja continuamente em transformação – a realidade social modifica o indivíduo e é modificada por ele.

Nesse processo, é necessário enfrentamento crítico e ação prática efetiva, como a própria disseminação de um conhecimento sociológico sobre as lógicas de como a sociedade funciona.

Em tempos de tecnologias digitais de longo alcance espacial e temporal, é importante problematizar quais os papéis e funções das grandes instituições midiáticas na dinâmica das relações sociais.

As grandes instituições midiáticas

Por se configurarem como meios de comunicação de massa, transmitindo informações para milhões de pessoas na sociedade, as grandes instituições midiáticas são portadoras de historicidade e identificam-se com grupos que detém seu domínio, uma vez que utilizam a tecnologia midiática para a manutenção de seus interesses comerciais como catalisadores da disseminação de ideologia (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), ou seja, de “um sistema de ideias que pode ser discutido enquanto tal e também como forma de apreensão, de denegação ou, principalmente de construção da realidade e do mundo” (CATANI *et al.*, 2017, p.230).

De acordo com Marshall McLuhan (1971), o próprio meio é a mensagem e o veículo em si, sua historicidade permite a compreensão do conteúdo. Tratamos a grande mídia como instituição social, pois além de informar, coloca-nos em contato com outras pessoas e nos permite aprender coisas que estão presentes em nossa relação com o mundo, funcionando como agente de socialização dos indivíduos.

Isso implica em analisar a esfera pública através de grandes meios de comunicação como a imprensa de maior circulação nacional que ditam tendências e pautas – como *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*¹ – veículos de jornalismo profissional cujas temáticas abordadas influenciam toda a discussão social e é replicada e debatida na televisão e na internet (ESTEVEES, 2017).

As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem

¹ Conforme informações de Bárbara Sacchitiello (2020) e de Rodrigo Hirose (2020).

entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. (BERGER; LUCMANN, 2014, p.77).

O problema é que, na modernidade, essas instituições empresariais têm transformado as discussões de interesses públicos em discussões que beneficiam interesses privados (HABERMAS, 1984) e, à medida que a verdade dá lugar à credibilidade, banaliza-se o conhecimento, justificando-se pela sua própria circulação e oferecendo uma visão parcial da realidade que se apresenta como verdadeira (SODRÉ, 1990).

O controle dos meios de comunicação de massa está relacionado diretamente às estruturas de poder presentes na sociedade, tornando-os instrumentos fomentadores de privilégios de alguns grupos (BOURDIEU, 1997). Isso porque, toda instituição jornalística midiática é veículo de luta por poder e por hegemonia ideológica na difusão da concepção de mundo de seus proprietários, acionistas e sustentadores. A construção da hegemonia de dominação desses grupos regula o surgimento dessa condição ideológica (NOGUEIRA, 2013).

Os indivíduos buscam informações em diversas fontes, porém essa diversidade não está presente nos conteúdos, mas apenas nas formas, eis que a lógica oligopolista do capital também se encontra nesse setor em que os mesmos grupos midiáticos, predominantemente, detêm diversos modos de divulgação de conteúdo como rádio, imprensa, canais de televisão e sites (NOGUEIRA, 2013). Logo, a opinião pública relaciona-se com as articulações midiáticas dos meios de comunicação de massa, uma vez que sintetizam várias representações históricas, culturais e sociais, por meio de uma narrativa contínua e com grande amplitude social, cuja consequência é uma tendência à fabricação do consenso. E, ao contrário do propagado pelo discurso midiático, esse consenso não equivale a conhecimento (CHOMSKY, 2013).

Todo discurso é um indicador de uma prática efetiva e dos meios de conhecê-la, pois não há práticas sem representações que as fundamentem, isto é, que não se relacionem com o contexto de produção dos discursos, conforme delineiam contornos da realidade enquadrando os valores dos grupos dominantes como valores universais e ofuscando consciências na potencialização da alienação dos indivíduos de sua conjuntura sociocultural. O discurso midiático viabiliza práticas sociais contraditórias por parte dos grupos dominados, cujas convicções encontram respaldo na sociedade,

nas ideias dominantes no âmbito cultural e no simulacro² da realidade que lhes é apresentada objetivamente. A própria realidade é construída socialmente em uma relação de objetividade e subjetividade, em que instituições e indivíduos interagem de maneira criativa e relacional: a realidade não existe fora da percepção (BERGER; LUCKMANN, 2014) e a grande mídia exerce um papel ambivalente (ESTEVES, 2017).

Mas sua ambivalência também cresce: muitas vezes sem querer informa e politiza, ajuda a impulsionar posturas críticas e a ‘destraditionalizar’; em outros momentos, pode referendar unilateralmente o status quo e questionar a contestação. Relativiza, enfraquece vínculos coletivos, hipostasia as imagens, rebaixa e submete o debate público e suas regras técnicas [...] (NOGUEIRA, 2013, p.189).

Transgressão ao consenso

A insurgência aos consensos tácitos se dá por meio de rupturas (HONNETH; FRAZER, 2003). Contudo, as notícias levam informações prontas e acabadas ao indivíduo sem, necessariamente, uma proposta de reflexão, estimulando-o a concordar com a realidade social na perspectiva que lhe é apresentada ou com o recorte que é feito, afinal o que é a realidade senão aquilo que conhecemos como tal? Parte desse conhecimento é adquirido por meio das notícias midiáticas, que chegam ao centro da esfera pública enquadradas como realidade objetiva.

Notícias não são meras traduções mecânicas de fatos ou dados da realidade, não são ‘informações’, mas elaborações que interessam aos cidadãos e modificam opiniões, ideias e posicionamentos. São construções intelectuais feitas mediante seleções, ideologias e valorações, que carregam consigo, portanto, uma interpretação prévia e uma intenção. Notícias também costumam ser seletivas em termos daquilo que é destacado ou daquilo que é omitido. O jornalismo, nessa medida, pode manipular omitindo fatos, dando ênfases seletivas ou fazendo com que certos detalhes se tornem fatos simplesmente por serem destacados (NOGUEIRA, 2013, p.196).

A esfera pública é o lugar onde as práticas sociais reproduzem as representações simbólicas coletivas da sociedade em um processo que fomenta uma ordenação moral, dificultando a tomada de consciência das pessoas de sua própria condição na sociedade,

² Segundo Jean Baudrillard (1991), simulacros seriam representações sobre um fato que podem não significar o realmente ocorrido.

das contradições implícitas na relação de seus discursos proferidos e de suas condições sociais. E é justamente este enquadramento intencional – principalmente num contexto em que as mídias estimulam informação demais e aprofundamento de menos, colocando-nos na condição de subinformação crônica – que influencia fortemente as pautas sociais que ganham espaço nas notícias jornalísticas, inclusive aquelas pautas difundidas nas redes sociais e as formas pelas quais são discutidas, não sendo possível estabelecermos uma visão holística de nossas disposições e práticas sociais (NORA, 1995).

Assim, toda percepção fragmentada e superficial da realidade social tende a ser conservadora e justificadora do status quo, dada a “ocultação sistemática de todos os conflitos sociais fundamentais que perpassam uma sociedade tão desigual em nome da tradição” (SOUZA, 2015, p.90), e a lógica da dominação é expressa por meio de intelectuais, jornalistas e especialistas orgânicos que figuram como protagonistas das instituições midiáticas, produzindo conhecimentos transformados, constantemente, na interpretação dominante (SOUZA, 2015).

Este processo social que Jessé Souza (2015) aponta, recorrente nas sociedades capitalistas da modernidade contemporânea, constitui um círculo vicioso, pois na ausência de um estímulo ao pensamento crítico, grande parte da sociedade – grupos dominantes e dominados, explorados e exploradores, vencedores e vencidos – reproduz a dominação, as crenças e as injustiças que dela emanam, dando início à opressão cultural, naturalizando desigualdades e violências físicas e não físicas, às quais são simetricamente reproduzidas na esfera pública, onde o indivíduo é a referência para a realização da sociabilidade (OLIVEIRA, 1999, p.55).

Nesse dado contexto, a cultura das sociedades contemporâneas normatiza a lógica dos conflitos sociais, fazendo com que os indivíduos a internalizem espontaneamente, porque preparados pelo cotidiano e tradição, em que a aceleração do tempo e a extensão do trabalho em toda a sua vida, desestimulam-no da reflexão e da insurgência em face da situação vivida. Os indivíduos, pelo menos a grande maioria deles, estão submetidos à lógica da exploração do trabalho e, portanto, o seu tempo é plenamente ocupado com a obrigação de garantia de condições de subsistência (HUWS, 2015). “A força da mídia é um dado sistêmico nas circunstâncias atuais e os atores políticos que queiram projetar o futuro precisam conviver com isso” (NOGUEIRA, 2013, p.201).

As crenças são os fundamentos da ordem social, uma vez que formam um sistema simbólico estruturante, fornecendo diretrizes morais, políticas e econômicas aos indivíduos e criando um conjunto de representações, ou seja, a base da construção de significados, que são forjados no seio da cultura pelas relações sociais intersubjetivas e

institucionais, e ancorados no exercício da violência simbólica³, imaterialmente exercida, causando danos morais e psicológicos. A fabricação contínua de crenças está sustentada em imposições que influenciam os indivíduos a se colocarem em posições sociais segundo os discursos dominantes legitimamente reconhecidos, reproduzindo simbolicamente o poder das classes dominantes (poder simbólico). As classes sociais constituem o conjunto de agentes situados em posições próximas no espaço social, distinguindo-se de outras classes situadas em posições diferentes (CATANI *et al.*, 2017).

Dizendo poder, não quero significar o ‘poder’, como um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos num determinado estado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha forma de regra. Enfim, não entendo o poder como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular como dados iniciais a soberania do Estado, a forma de lei ou a unidade global de dominação; estas são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988, p.88).

Illusios e doxas

As *illusios* – crenças produzidas através da violência simbólica exercida contínua e ininterruptamente – transformam-se em fé prática, em opinião convicta estabelecida como verdade (*doxa*), porque disseminadas no cotidiano pelos dispositivos

³ Violência simbólica é um conceito relacionado a uma forma de violência exercida imaterialmente e que causa danos morais e/ou psicológicos. Sustenta-se no reconhecimento de imposições e na elaboração de crenças que influenciam os indivíduos a alocarem-se socialmente de acordo com os discursos dominantes legitimamente reconhecidos (BOURDIEU, 2017).

de poder dos grupos dominantes como as instituições midiáticas oligopólicas, por exemplo (AGAMBEN, 2014).

[...] a noção de *illusio* reflete uma cumplicidade e um ajustamento entre as estruturas mentais dos sujeitos (seu *habitus* ou suas disposições) e as estruturas objetivas (os próprios campos, suas regularidades, os alvos em jogo, as disputas) manifestados numa tendência a ação, ao investimento, que nasce desse acordo. (CATANI *et al.*, 2017, p. 231).

As *doxas* se tornam paradoxais na medida em que reproduzem e enraízam a dominação no senso comum, irradiando para as subjetividades individuais através das relações sociais que criam compartilhamentos de representações.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos [...] A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensa-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é produto. (BOURDIEU, 2017, p.56).

A subjetividade é a capacidade humana de expressar intelectualmente sua existência individual por meio das trocas de experiências em grupo. É como o indivíduo instala sua originalidade e criatividade ao que é dito, feito e pensado nas relações com o mundo social. A subjetividade é, portanto, constituída a partir do *habitus*, ou seja, da trajetória individual no espaço social, concernente aos grupos e instituições com os quais se relaciona. Torna-se presente espontaneamente. Torna-se corpo, naturalizado como disposição para práticas e esquecido de sua própria gênese – elemento que confere às práticas sua relativa autonomia em relação a determinações externas do presente imediato – é o princípio não escolhido de todas as escolhas (BOURDIEU, 2013).

A *doxa*, por sua vez, é uma forma de expressão da subjetividade e, quando paradoxal com a condição de dominado do indivíduo, permite a reprodução da ideologia dominante, pois, nesse caso, o indivíduo se expressa pela sua ignorância, nutrido por

sua convicção ideológica desenvolvida como subjetividade e expressada em suas práticas sociais (SOUZA, 2003).

[...] paradoxo da *doxa*: o fato de que a ordem do mundo tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido próprio ou figurado, suas obrigações e suas sanções, seja, grosso modo, respeitada; que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e ‘loucuras’ [...] ou, o que é ainda mais surpreendente, que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se depois de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. [...] submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, em última instância, do sentimento. [...] oferece também uma ocasião única de aprender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) [...]. (BOURDIEU, 2017 p.11-12).

Na conjuntura apresentada aqui, encontra-se um campo fértil para o assujeitamento, para a submissão dos indivíduos, em razão da proliferação de uma ideologia vantajosa para os grupos de maior poder na sociedade – um conjunto de ideias que é produto e produtor da realidade social (SCHWARZ, 2000). Trata-se, assim, de uma construção cultural de disposições, práticas sociais e discursos, em que as condições sociais, históricas e econômicas que delimitaram sua elaboração não são reconhecidas pelos indivíduos. Dissimula-se a dominação de alguns grupos sobre os outros, já que as ideias dominantes, em uma sociedade, tendem a serem as ideias das classes dominantes, às quais controlam os meios de produção necessários à sociedade para sua reprodução – tal como as instituições de comunicação de massa –, falseando a realidade através de representações omissas, formadoras de um conhecimento ilusório que mascara conflitos (MARX; ENGELS 1979). Em outras palavras, a ilusão social se dá como resultado da dominação de classe e da produção da ignorância (os meios de comunicação de massa são catalisadores desse processo). “Seja como for, é inegável que a presença de oligopólios midiáticos bloqueia a diversidade de opinião e facilita o processo de ideologização [...]” (NOGUEIRA, 2013, p.198).

Em vista disso, as subjetividades que se expressam como crenças tidas como verdades e convertidas em convicção a legitimar práticas sociais, são incoerentes quando analisadas sociologicamente, em virtude da ignorância de sua real implicação contraditória de dominação.

Essas crenças ilusórias alienam os dominados de sua consciência de si em relação à sociedade, possibilitando a reprodução da hegemonia dos grupos dominantes e a concretização da dominação: os dominados reproduzem práticas sociais características de dominados, pois agem de acordo com os interesses dominantes pensando, contudo, estarem agindo por seus próprios interesses.

A fragmentação da sociedade contemporânea e o individualismo

A sociedade contemporânea se tornou fragmentada, ao passo que o discurso de que a fragmentação é normal, fortaleceu-se nos meios de comunicação e com a atomização dos indivíduos e dos grupos que compõem a sociedade. Dessa forma, gera-se uma coletividade seletiva, em que a colaboração social é substituída pelas disputas por hierarquias sociais, ofuscando a percepção, pelos indivíduos, da essência holística da sociedade. O individualismo é, por excelência, uma ideologia do mundo moderno, e essa ideologia é produzida socialmente em relações de poder caracterizadas pelo conjunto de ideias e valores de uma sociedade em que o **eu** é representado culturalmente como superior em importância ao **nós**. Esse contexto impossibilita a construção da consciência de que o indivíduo só existe no grupo, legitimando-se o egoísmo como prática social no senso comum (DUMONT, 1977).

Por conseguinte, essa ideologia expressa valores e vem carregada de ideias sobre a sociedade, a realidade e as relações sociais e, ainda, forma o terreno sobre o qual os homens tomam consciência de si e tem por função conservar a lógica da dinâmica social (GRAMSCI, 1989), orientando os indivíduos para a conservação e estabilização da ordem social de maneira estrita (MANHEIM, 1976) e estruturando símbolos para significar a realidade e naturalizar processos históricos pela generalização do particular.

De qualquer ponto de vista, quando o específico é tratado como geral, há um falseamento da realidade, em que o mundo invertido é, na realidade, apenas um momento do falso (DEBORD, 1997). É assim que a dominação se constitui na dinâmica social: o sujeito se torna a dimensão política da cultura e sua identidade se constrói pela coerção cultural, impelindo-o a uma busca por um pertencimento discursivo constituído pelas subjetividades e clivagens coletivas que se formam na esfera pública, na qual o individualismo egocêntrico impera (APPADURAI, 2004).

Nesse contexto, a subjetividade moderna individualista é disseminada e incorporada como valor e, desse modo, a sociedade se forma em um discurso pautado no consenso que prevalece na disputa intersubjetiva dos sujeitos, por meio do exercício de poder dos dispositivos da tradição dominante. O problema é que a percepção de uma realidade, em que existem grupos privilegiados no exercício do poder, de forma consensual, marginaliza qualquer dissenso que atente contra esses próprios privilégios (HALL, 2003). E as possibilidades de superação das injustiças presentes se esfacelam pela repressão aos grupos que questionam esta representação da realidade social (MOUFFE, 1996).

A perspectiva social dos conflitos

O cotidiano de conflitos é composto de ambivalências surgidas do questionamento do consenso a partir das margens em uma disputa pela produção do próprio conhecimento sobre a realidade, algo que se potencializa com o alvorecer das redes sociais digitais ampliadoras das redes de sociabilidade e de produção de discursos e perspectivas sobre a conjuntura da dinâmica social (BHABHA, 1998), cujas pautas, porém, ainda estão fortemente influenciadas pelos direcionamentos dos meios de comunicação de massa.

Essa conjuntura pode ser pensada por homologia⁴, como uma continuidade do processo civilizador da cultura moderna, já que esses aspectos passaram por um longo processo de desenvolvimento para tomar a forma que conhecemos e que os grupos dominantes, os grupos de poder, as elites, historicamente e tradicionalmente constituídas, criaram e recriaram como normas para conter impulsos ou ações, permitindo que a sociabilidade ocorra dentro de códigos simbólicos comuns a todos, sendo por meio deles que o indivíduo aprende a lidar com os integrantes de seu grupo e com os grupos diferentes do seu.

Há, portanto, uma lógica representada pelos interesses dos grupos dominantes, que são convertidos nos interesses coletivos de toda a sociedade, por meio da concretização desses discursos como ideologia, na qual o corpo social reproduz essa dinâmica como seu próprio projeto de sociedade (ELIAS, 1994).

O discurso, nesse viés, é formulado em uma ordem determinada por aqueles que ocupam posições sociais privilegiadas de poder, utilizando-se de uma rede discursiva

⁴ Linguagem concordante; acordo; adesão; semelhança; construções equivalentes; qualidade de homólogo: que tem as mesmas características de outro; correspondente (BORBA, 2004).

para sua consolidação. As instituições sociais e políticas sustentam e legitimam o poder, definindo todo o conjunto de signos que devem acompanhar as práticas sociais e a verdade que se quer como verdadeira e como mecanismo de dominação e institucionalização dos saberes. Os dispositivos de poder, espalhados por toda sociedade, dentre os quais as instituições midiáticas são notáveis exemplos, ressignificam constantemente a realidade a partir da produção de significados em representações coletivas que orientam e fundamentam as representações individuais em prol dos grupos dominantes – eles próprios, donos das instituições midiáticas (FOUCAULT, 1996). Estes, têm de oferecer uma percepção razoável da realidade, inculcando as convicções certas, de forma a configurar suas representações como realidade (CHOMSKY, 2013).

Para o seu intuito, a grande mídia alicerça seus discursos em análises de especialistas, constituídos, na maioria das vezes, por intelectuais orgânicos – cuja retórica legítima o status-quo – que dizem como as coisas deveriam ser na sociedade, disseminando a ideia de que seria absurdo se fosse diferente e atribuindo importância às instituições e às preferências individuais, condicionadas por uma cultura de preferências fixas, de forma a simplificar a realidade.

É necessário, também, falsificar completamente a história. Essa é outra maneira de superar as tais restrições doentias: passar a impressão de que quando atacamos e destruimos alguém, na verdade estamos nos protegendo e nos defendendo de agressores e monstros perigosos, e assim por diante. (CHOMSKY, 2013, p.36).

Dessa forma, qualquer ameaça ao status quo é uma ameaça à coesão social, e a tentativa de romper com a dominação é construída socialmente como um ataque a toda sociedade, fazendo com que grande parte dos grupos dominados defenda espontaneamente os grupos dominantes, lute contra as insurgências e almeje a manutenção da ordem como um projeto que interessa a todos.

Contudo, a manutenção da ordem estabelecida interessa àqueles poucos constituintes da classe dominante que “[...] podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo, sua problemática, seu ponto de vista” (BOURDIEU, 1997, p.66). Os dominantes estabelecem sua hegemonia à medida que fazem seu projeto de sociedade ser aceito pelos dominados. Utilizam a persuasão de ideias dispersas por aparelhos como a grande mídia, permeando o senso comum com sua perspectiva como sendo a única possível, naturalizando o histórico de dominação social.

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais da conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’. [...] Pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz. (GRAMSCI, 2001, Cad. 19 (1934-1935, p.62-63).

A construção de um perigo comum a todos potencializa uma coesão social confortável às classes dominantes, colocando os conflitos sociais em segundo plano. Como exemplo pode-se citar o projeto da ditadura civil-militar brasileira, que consolidou essa concepção nas muitas representações do regime com a justificativa de se impedir que os inimigos da sociedade e seus valores fossem destruídos por seus ideais. Contudo, a imagem desses **inimigos** é moldada de acordo com a perspectiva dos dominantes e, justamente por serem questionadores da dominação, são enquadrados como inimigos da sociedade e, assim, são tomados pelos dominados como seus próprios inimigos.

Essa manipulação permite a construção de um senso de legitimidade de golpes sempre que a ameaça de mudança do status quo, cuja manutenção interessa aos dominantes, torna-se expressiva institucionalmente e/ou socialmente. Assim foi produzido o golpe de 1964 no Brasil e a ditadura consequente. Assim se produzem ondas cíclicas de autoritarismos e políticas públicas de austeridade no mundo todo, bem como os subsequentes retrocessos de direitos civis, sociais e políticos, sob o argumento de se preservar os interesses gerais da sociedade, quando o que se preserva, verdadeiramente, é a concentração do capital, a exploração do trabalho, a concentração da propriedade privada dos meios de produção dos bens sociais e simbólicos e os interesses das elites dominantes e especuladoras, no cenário regional e mundial.

Considerações finais: a lógica do capitalismo moderno globalizado

Os interesses do mercado de capitais mundial e dos que lucram com ele são difundidos como próprios da sociedade. Convertem-se direitos sociais como educação, saúde e segurança em mercadorias, cujo acesso é facilitado apenas a quem detém

recursos para pagar por eles; quem não os detém, é impelido a participar da lógica da exploração do trabalho para, quiçá, alcançar uma oportunidade de consegui-los. Em suma, desenvolve-se a lógica da meritocracia como alternativa possível de rompimento da precarização da vida, o que se torna a própria força motriz da manutenção da ordem.

Os dominantes recusam uma consciência sobre a história (DEBORD, 1997), já que isso os coloca como exploradores e causadores de injustiças. Por essa razão, produzem representações que se consolidam na disseminação dos dispositivos de poder, como os meios de comunicação de massa, que reproduzem ideologias que resinnificam a realidade, em prol dos dominantes, gerando uma cumplicidade de todo o grupo. Esta condição de desconhecimento coletivo se torna possível dado que, na mentira do grupo para com ele mesmo, não há enganadores nem enganados (BOURDIEU, 2008), o que se tem é uma ideologia que oculta da sociedade sua real condição.

O capitalismo é mantido mediante a construção discursiva de legitimidades capazes de oferecer perspectivas sedutoras e estimulantes para as pessoas.

A qualidade do compromisso que se pode esperar depende, antes, dos argumentos alegáveis para valorizar não só os benefícios que a participação nos processos capitalistas pode propiciar individualmente, como também as vantagens coletivas, definidas em termos de bem comum, com que ela contribui para todos. Chamamos de espírito do capitalismo a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.39).

A justificação do capitalismo, portanto, supõe referência a constructos de outra ordem, da qual derivam exigências completamente diferentes daquelas impostas pela busca do lucro. O sistema é mantido na obtenção de recursos fora de si mesmo, nas crenças que têm poder de persuasão, nas ideologias. Quando é confrontado pela crítica, o capitalismo mobiliza um **desde sempre**, cuja legitimidade é garantida sob uma nova formulação, associada à exigência de acumulação de capital.

O capitalismo moderno globalizado inventou a promessa de desenvolvimento perpétuo e inclusão social permanente como um projeto de civilização, cuja realidade social mascara a manutenção de elites cada vez mais restritas e monopolizadoras dos dispositivos de poder. O enfrentamento dos conflitos insolúveis, surgidos das contradições expostas, ocorre por intermédio de uma fuga para frente. Enquanto o globo encolhe e os horizontes se reduzem ao presente, o capital se reproduz em direção à barbárie, que não se concretiza em razão de um estado de exceção latente contra qualquer ameaça à ordem estabelecida – ditada como normalidade da sociedade nos discursos e práticas sociais de sujeitos e instituições.

A complementação desse processo acontece com a atomização dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade. Quando tomam para si a representação naturalizada dessa realidade, fazem-no inconscientes de que o projeto de crescimento infinito do capital se depara com a finitude do sistema de recursos. As mídias de massa contribuem fortemente na produção dessas ilusões, dissimulando a real condição da existência da sociedade enquanto espécie humana, com o intuito de preservar privilégios de poucos. Os custos da manutenção desses privilégios residem nos riscos assumidos por nossa sociedade para com sua existência, relegando à marginalidade o enfrentamento de que o problema é de todos. Nesse sentido, defender apenas os próprios interesses desconsiderando o todo é condenar a si mesmo e a própria humanidade (ARANTES, 2014).

A fabulação da realidade é realizada por procedimentos e representações afiançados em uma relação de experiência entre o eu, o outro e o coletivo (público), delineando uma adesão comunitária de convicção em um sistema de interpretação estruturado para naturalizar a realidade social e suas contradições imanentes. À medida que a ideologia dominante opera como verdadeiro mito moderno ocorre a naturalização, sustentando a eficácia simbólica que as *doxas* paradoxais provocam nos sujeitos, ressignificando suas práticas sociais e ordenando sua condição social como legítima. Assim, impede-se que os sujeitos percebam as contradições inerentes às suas práticas, ao mesmo tempo em que se harmoniza a realidade pela produção de sistemas simbólicos coerentemente estruturados na tradição, sintetizando particularidades no coletivo e atribuindo lógica à ação paradoxal, que adquire sentido por meio das significações coletivas estruturadas ideologicamente na conexão de categorias e narrativas. Ou seja, em maior ou menor grau, os indivíduos não escapam desses efeitos ideológicos, e seu grupo tradicionaliza, persuasivamente, os fundamentos das *doxas* paradoxais, cuja satisfação da verdade se faz pela coerência mental. Essa suposta coerência tem o significado de ideologia e a satisfação da verdade, de eficácia do reconhecimento dos sentidos compartilhados como realidade em um universo simbólico estabelecido na estrutura social (LÉVI-STRAUSS, 2008). Dessa forma, incorporam-se estratégias que se impõe aos sujeitos através da violência simbólica, cujos símbolos significam a realidade, nos termos da estrutura social.

Os mitos guardam estruturas comuns que revelam leis universais, posto que estão presentes em todas as formas de organização de vida social, e o pensamento mítico trabalha por analogias e aproximações de agrupamento de seres e coisas para inserir uma certa ordem no universo, não como um simples reflexo do real e do concreto, mas redundando, continuamente, em contradições, como um discurso que deve ser

entendido em seu próprio campo de significação, já que é organizado de maneira em que, ele próprio, constitui-se como contexto.

Os mitos são linguagens que servem “para dar a tradução socialmente autorizada, de fenômenos cuja natureza profunda ter-se-ia tornado igualmente impenetrável para o grupo” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p.200). Para fundamentarem as culturas, instituem lógica aos simbolismos, aos ritos, aos costumes, às crenças, à religião, mesmo que ilusoriamente. “[...] enquanto o mito fracassa em dar ao homem mais poder material sobre o meio. Apesar de tudo, dá ao homem a ilusão, extremamente importante, de que ele pode entender o universo e de que ele **entende**, de facto, o universo”. (LÉVI-STRAUSS, 2007, p.29)

O mito não precisa ser necessariamente real, posto que apenas dá sentido à estrutura cultural e é sempre compartilhado por uma crença coletiva, na qual dados (mesmo os contraditórios) se integram. Acontecendo ou não de fato, forja valores sociais e morais, além de designar um sentido à vida, forçando aqueles que estão submetidos aos seus simbolismos e signos a se enquadrarem em seu legado para atingirem um determinado fim – fabricado pelo próprio mito como algo a ser atingido.

O desenvolvimento do sistema capitalista tem se realizado pela consolidação das ideologias dominantes como mitos modernos. Sem dominação não haveria capitalismo, nem exploradores, nem explorados, e a percepção dessa realidade é ressignificada de forma a se contradizer, levando os indivíduos a sustentarem o sistema sem notarem sua conjuntura, pois estão imbuídos da concepção de que não podem viver sem ele, por mais perverso que possa parecer, uma vez que: “A marca do mundo moderno é a imaginação dos seus beneficiários e a contra-afirmação dos oprimidos. A exploração e a recusa em aceitar a exploração como inevitável ou justa constituem a perene antinomia da era moderna, unidas numa dialética [...]” (WALLERSTEIN, 1974, p.346.).

A luta em torno das significações da realidade social é o motor da lógica do espaço social configurada em uma temporalidade dúctil, tomando contorno através das rupturas e continuidades históricas ocorrentes na dominação social e em seu processo de reprodução, que é sempre conflituoso devido à perspectiva de emancipação de alguns sujeitos e grupos que estabelecem uma disputa material e imaterial de poder, mas que encontra barreiras provenientes do poder simbólico exercido pelos grupos dominantes (DOSSE, 1994, p.94). O rompimento dessa dinâmica começa com questionar e denunciar a *doxa* ideológica dominante por intermédio da construção de uma hegemonia de rompimento com as contradições sociais, às quais são estabelecidas na delimitação dos paradoxos e na elaboração de perspectivas críticas, denúncias e discussões dessa condição. Para tanto, cabe ao campo intelectual e científico levantar e analisar dados

para que se possa produzir e disseminar conhecimentos que permitam um maior esclarecimento da sociedade sobre ela mesma, de forma a transmitir este processo crítico e dialético às gerações futuras.

MYTH AND IDEOLOGY: SYMBOLIC DYNAMICS OF SOCIAL REALITY

ABSTRACT: This paper seeks to understand the paradoxical dynamics established between ideology, myth and doxa in a society permeated by mass media. Thus, we consider that reflecting on social reality leads us to consider the multiplicity of relationships and processes by which the body of knowledge established by individuals is established as reality for them in specific social contexts, guiding their daily practices which are established as social culture. Therefore, it is in the approaches of Social Sciences by Critical Theory, Structuralism and Poststructuralism that we can look for functional interpretative tools for this analysis, as they refer to the use of an abstract and, often complex, theoretical system to describe, explain and analyze the social world, revealing things which remain hidden from common sense, guided by collectively shared social representations.

KEYWORDS: *Myth, Ideology. Doxa paradox. Power. Media.*

MITO E IDEOLOGIA: DINÁMICA SIMBÓLICA DE LA REALIDAD SOCIAL

RESUMEN: Este ensayo busca reflexionar sobre la dinámica paradójica entre ideología, mito y doxa en una sociedad permeada por los medios de comunicación. Por lo tanto, consideramos que reflexionar sobre la realidad social nos lleva a considerar la multiplicidad de relaciones y procesos por los que el cuerpo de conocimientos establecido por los individuos se constituye como una realidad en contextos sociales específicos, orientando sus prácticas cotidianas que se definen como cultura social. Para este análisis, se buscaron herramientas interpretativas funcionales en los enfoques de las Ciencias Sociales de la Teoría Crítica, el Estructuralismo y el Postestructuralismo, en la medida en que se refieren al uso de un sistema teórico abstracto y a menudo complejo para describir, explicar y analizar el mundo social, revelando lo que permanece oculto al sentido común, guiado por representaciones sociales compartidas colectivamente.

PALABRAS CLAVE: *Mito. Ideologia. La paradoja de doxa. Poder. Medios de comunicación.*

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. *In*: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p.99-138.
- AGAMBEN, Giorgio. **O amigo & o que é um dispositivo?** Chapecó: Argos, 2014.
- APPADURAI, Arjun. **As dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BORBA, Francisco S. (Org.). **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato. (Org.). **A sociologia de Pierre Boudieu**. São Paulo: Olhos d'água, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CATANI, Afrânio Mendes *et al.* (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo** – comentários sobre a sociedade do espetáculo, Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo – II: o canto do cisne**, de 1967 aos nossos dias. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

DUMONT, Louis. **Homo Aequalis**. Paris: Gallimard, 1977.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESTEVES, Gabriel Papa Ribeiro. **O paradoxo da realidade social: mídia, memória e ditadura no Brasil**. Curitiba-PR: Appris, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 5, edição de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERMANS, Jürgen. **Mudança estrutural da ESFERA PÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HIROSE, Rodrigo. Folha e O Globo reivindicam título de maior jornal do Brasil. **Jornal Opção**. Publicado em 26 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/folha-e-o-globo-reivindicam-titulo-de-maior-jornal-do-brasil-232520/>. Acesso em: 07 out. 2020.

HONNETH, Axel & FRAZER, Nancy. **Recognition or redistribution? A political-philosophical exchange**. London: Verso, 2003.

HUWS, Úrsula. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2007.

MANHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

- McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1996.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. *In*: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. *In*: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- SACCHITIELLO, Bárbara. Circulação dos maiores jornais do País cresce em 2019. **Meio & Mensagem**. Publicado em 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/01/21/circulacao-dos-maiores-jornais-do-pais-cresce-em-2019.html>. Acesso em: 07 out. 2020.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso**. São Paulo: Cortez, 1990.
- SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Lua Nova**, Nº 59, 2003.
- SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno – I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Afrontamento, 1974.

Recebido em 03/08/2019.

Aprovado em 08/05/2020.